

## Se Meu Armário Falasse... uma oficina de geração de renda?



Luciana Bacellar\* e Maria Tavares Cavalcanti\*\*

Um grande número de oficinas, que, de modos diversos, se organizam em torno da questão do trabalho, compõem hoje o cenário dos serviços de assistência psiquiátrica. Mesmo que muito distintas em termos de propostas e objetivos, podemos dizer que essas oficinas compartilham do pressuposto de que o trabalho pode servir como ferramenta terapêutica significativa. Falamos aqui principalmente dos dispositivos assistenciais que se constituíram ou se reformularam a partir das idéias preconizadas pelo movimento de Reforma Psiquiátrica, em que o conceito de cidadania norteia a direção dos tratamentos. É possível observar a presença de oficinas de trabalho mesmo em instituições mais ortodoxas, que, embora não raramente apresentem em seus discursos noções tais como reabilitação e autonomia, têm suas intervenções clínicas bastante distanciadas desses ideais. Há de se contar nesses locais com funcionários “bem intencionados” que se disponibilizam a levar adiante “alguma oficina de alguma coisa”. Não nos cabe aqui abordar esse tipo de iniciativa em termos de eficácia ou legitimidade, até porque nos depararíamos com projetos tão variados que qualquer forma de reflexão comparativa seria reducionista. Interessa-nos somente pontuar o quanto a implantação de oficinas de trabalho é, sem dúvida, um fato evidente. Conforme assinala Márcia Lopes em sua tese de mestrado, tal “disseminação” vem se tornando, em certas situações, “sinônimo do movimento de reforma psiquiátrica” (Lopes 1997: 1).

Na medida em que somos profissionais de saúde mental trabalhando dentro do contexto acima descrito, não podemos nos situar fora dessa tendência. Muito pelo contrário, tal tendência chega até nós diariamente sob a forma de demanda por parte daqueles que tratamos. Por vezes mais, por vezes menos relacionada a fatores de geração de renda, a questão do traba-

\* Psicóloga do CAPS Lima Barreto – SMS/RJ. Especialização em Psicologia Clínica pela PUC/RJ.

\*\* Professora adjunta do Instituto de Psiquiatria – IPUB/UFRJ.

lho é trazida por nossos usuários. Mais do que isto, somos “cobrados” no sentido de viabilizar esse tipo de oficina como mais uma modalidade possível nos serviços.

É absolutamente necessário, no entanto, que estejamos atentos para dois pontos bastante relevantes que permeiam o tema. O primeiro diz respeito à naturalização do trabalho como instrumento terapêutico e o segundo, que na realidade antecede o primeiro, é a própria naturalização da relação entre homem e trabalho. Com relação ao último ponto, lembremo-nos da Grécia Antiga (: 4), quando as atividades que se ocupavam de criar as condições básicas à sobrevivência eram totalmente contraditórias com os ideais de liberdade vigentes na época, restringindo o trabalho a uma atividade totalmente servil e nada “natural” ao homem livre, o legítimo cidadão. Mesmo na sociedade pré-capitalista, o trabalho não aparecia como propiciador de qualquer mudança no que diz respeito ao lugar social, uma vez que este já era previamente determinado conforme a casta em que o sujeito havia nascido.

Somente após a revolução industrial é que o trabalho passa a relacionar-se com o progresso de quem trabalha, ao menos no plano ideológico. Sendo o trabalho a base do processo de industrialização pelo qual passava grande parte do continente europeu, novas formas de dominação emergiam no seio da sociedade capitalista, exigindo do homem uma reorganização em face da sua atividade produtiva. Conseqüentemente, a relação homem-trabalho passa a existir enquanto agente modificador do próprio homem e não apenas da natureza. Ainda que a necessidade de intervir na natureza para fins de subsistência acompanhe o homem desde seus primórdios, a relação homem-trabalho tal como conhecemos hoje não existe desde sempre, devendo ser pensada sempre em função das peculiaridades histórico-sociais da época. A noção de trabalho – que ganhava contornos cada vez mais definidos em meio às necessidades da Revolução Industrial – encontrava também forte sustentação na nova doutrina religiosa oriunda da Reforma que cindiu a Igreja Católica. Devido aos ideais protestantes, a dedicação metódica ao trabalho era concebida como meio de agradar a Deus e dignificar o homem.

Márcia Lopes destaca ainda que Foucault mostra ao longo de sua obra que a nova relação do homem consigo e com sua atividade, trazida pelo advento da modernidade, atrela-se indubitavelmente à invenção de “uma nova mecânica de poder” denominada “disciplina”. Esta, com procedimentos específicos, ultrapassa a repercussão das novas doutrinas religiosas, devendo ser propiciadora, simultaneamente, tanto de um aumento de eficácia das forças dominantes quanto do alargamento do campo de forças

dominadas. Embora não tenhamos o objetivo de detalhar esse ponto, nos interessa aqui o fato de que:

Produz-se, assim, especialmente a partir do século XVIII, um novo sujeito que mais do que colocar o trabalho como seu dever religioso, toma-o como uma característica de sua natureza. De obrigação o trabalho transforma-se em necessidade, fonte “natural” de prazer (: 9).

Voltemos então ao primeiro ponto que nos interessa mais diretamente: a naturalização do trabalho como instrumento terapêutico. O uso de atividades laborativas como forma de auxílio na recuperação de doentes mentais já se fazia presente no fim do século XVIII, quando em meio às prescrições da prática asilar e do “tratamento moral da loucura” de Philippe Pinel havia indicação de atividades manuais como forma de apaziguar as inquietudes do paciente e lhe restituir o sentimento de utilidade.<sup>1</sup>

Antes de prosseguirmos em nosso tema, é válido lembrar também que a própria abordagem da loucura como um estado que deve ser curado também teve suas origens históricas. Dessa forma, uma vez que a própria loucura não vem desde sempre atrelada à noção de tratamento, qualquer que seja a modalidade de intervenção em questão, jamais poderá ser tomada como elemento “naturalmente” terapêutico.

Mesmo sem prolongarmos a discussão sobre essas questões históricas, fica claro que o trabalho como proposta terapêutica não é privilégio do movimento de Reforma Psiquiátrica. Mais que isso, o trabalho como atividade capaz de retirar o sujeito de sua alienação só ganhou sustentação devido às contingências sociais daquele momento. Além disso, ao longo da história, o trabalho nem sempre esteve claramente atrelado à noção de cidadania.

A problematização da relação homem-trabalho e de seu papel nos processos de reabilitação em nada diminui o valor que tais oficinas podem ter nos projetos terapêuticos de nossos pacientes. Muito pelo contrário, é justamente pela via dessa problematização que nos parece possível tomar o trabalho para além de aspectos meramente normatizadores que o atravessam historicamente. Pode-se pensá-lo em sua dimensão criadora para, no nosso modo de compreensão, torná-lo de fato instrumento terapêutico.

Uma vez que a origem da aliança trabalho-terapia se mostra concomitante aos primórdios da própria prática psiquiátrica, nos parece fundamen-

<sup>1</sup> Lanteri-Laura, G. *Site web des infirmières de l'Hôpital Esquirol* (2002).

tal ter como ponto de partida da tentativa de reflexão acerca do tema a seguinte questão: qual é a diferença entre a forma como pretendemos conceber o lugar do trabalho para os usuários de nossos serviços e a forma como o trabalho terapêutico foi compreendido em suas origens? Tomada de modo mais radical, essa questão nos leva a pensar se existe mesmo tal diferença ou, ainda, se somos capazes de fazê-la existir.

A primeira idéia que nos parece interessante salientar diz respeito ao trabalho enquanto articulador do “excesso de paixão” que “retirava ao indivíduo a possibilidade de domínio de sua razão e exercício de sua vontade” (Birman citado por Bezerra 1992: 81). Conforme assinala Birman, esse “excesso de paixão” era compreendido como condição de possibilidade da alienação mental, visto que “descentrava a individualidade de sua razão e impossibilitava a imposição de limites seguros para sua vontade” (: 81).

Como vimos há pouco, para esse novo sujeito da razão, o trabalho passou a ser tomado como característica natural do homem saudável. Como consequência lógica, a atividade laborativa configurou-se como meio pelo qual os “excessos” podem ser dominados em conformidade com a ordem social, tornando óbvia sua presença nos asilos.

Com relação à especificidade do trabalho naquele momento, Foucault destaca a ausência de todo e qualquer sentido de criação, tendo ênfase prioritariamente por seu caráter disciplinar:

No asilo, o trabalho será despojado de todo valor de produção; só será imposto a título de regra moral pura; limitação da liberdade, submissão à ordem, engajamento de responsabilidade com o fim único de desalienar o espírito perdido nos excessos de uma liberdade que a coação física só limita aparentemente (Foucault citado por Lopes 1997: 24).

De imediato, as palavras de Foucault nos causam grande estranhamento quando associadas à prática atual que, pautada em questionamentos sobre os índices de normalidade, orienta-se em direção a uma maior liberdade de escolha: estamos a todo tempo nos interrogando acerca das fronteiras entre o normal e o patológico, buscamos – ou pelo menos tentamos buscar – uma escuta minimamente despojada de padrões de comportamento pré-estabelecidos pela moral social e, principalmente, fomos orientados a pensar a loucura pelo viés da diferença e não do déficit. De que modo as considerações de Foucault sobre trabalho como forma de reabilitação nas instituições asilares podem nos servir de indagação a respeito do que realizamos hoje no campo da saúde mental?

O profissional que ingressa atualmente na saúde mental vem munido de um arsenal teórico bastante “politicamente correto” e parece estar imune às armadilhas do passado – é claro, não desconhecemos exceções. De modo algum estamos aqui tecendo críticas à formação profissional, que cada vez mais atrela a clínica a questões políticas. Ao contrário, essa relação nos parece ser mesmo a condição de possibilidade de nosso trabalho. Corremos o risco, entretanto, de acreditar que, uma vez conscientes do largo espectro de cores e nuances que compõe o cenário da loucura, estaremos refratários aos inúmeros apelos para que seja utilizada prioritariamente a aquarela que já nos é familiar. Dito de outra forma, no cotidiano dos serviços psiquiátricos, por mais inovadores que estes se proponham a ser, estaremos sempre em “negociação” com normas, valores sociais e códigos de conduta que, devidamente atualizados, exercem exatamente a mesma função que a mecânica disciplinar à qual se referiu Foucault.

Reportando-nos às colônias agrícolas e às comunidades terapêuticas deste século (Lopes 1997: 30-35) veremos que, em determinado momento, ambos os modelos tinham conotação de rompimento com as práticas asilares e de fato fizeram isso durante certo período. A longo prazo, no entanto, a proposta fracassou. E mesmo em comunidades onde o trabalho era valorizado também enquanto propiciador de trocas e encontros, o que se teve foi a repetição da segregação reorganizada em torno de estratégias normatizantes.

Vivemos um momento em que a questão da geração de renda e a criação de empregos é assunto obrigatório na pauta de qualquer projeto social que necessite de aprovação do poder público e privado. Os discursos de nossos políticos ao longo do processo eleitoral pelo qual acabamos de passar nos parece um consistente exemplo – o que não poderia ser diferente, uma vez que se trata de um problema econômico concreto e irrefutável que clama urgentemente por soluções. Ora, não teríamos a ingenuidade de acreditar que a demanda crescente de oficinas de trabalho nos serviços de saúde mental pode ser respondida a partir de referenciais eminentemente terapêuticos que tentam escapar dos modelos problematizados por Foucault. Em contrapartida, sabemos que, como profissionais de saúde mental, nossas oficinas de trabalho não podem ter exclusivamente como norte a solução de problemas econômicos de nossos usuários. Até mesmo porque sabemos que a renda movimentada por esses grupos é quase sempre insuficiente para ser considerada uma forma de subsistência.

O que estamos fazendo então ao incluir no cotidiano dos serviços uma oficina ou um grupo que se organiza em torno da questão da geração de

renda? Parece que a resposta para essa pergunta está no fato de que não estamos lidando com as dificuldades econômicas de nossos pacientes, ainda que estas se apresentem muitas vezes como impeditivas do tratamento e, não raramente, como mantenedoras da doença. O que entra em questão aqui é algo mais abrangente, no qual o fator econômico é apenas uma das vertentes: a exclusão.

A necessidade de criação de empregos formais ou informais e de modalidades alternativas capazes de fazer circular capital é um problema econômico que atinge a todos nós e ultrapassa os limites do campo da saúde mental.

No entanto, a necessidade de invenção de espaços onde seja possível a inserção no universo coletivo – seja pelo trabalho ou qualquer outro meio – não só apesar da diferença, mas, quem sabe, pela própria diferença, é um problema político que diz respeito a todos aqueles que se encontram de algum modo excluídos da coletividade. Coletividade esta na qual o trabalho é uma das – não a única – formas de participação. O trabalho pode servir de modelo alternativo em que as peculiaridades de cada um possam ser fator de inclusão e não algo a ser superado, eliminado e, no caso dos portadores de transtornos mentais, esse problema não pode ser abordado de outro modo que não pela clínica. Nesse sentido, a elaboração de núcleos de trabalho nos serviços de saúde mental precisa ser antes de tudo uma resposta clínica e não econômica; uma resposta clínica que permita que cada um de nossos usuários se relacione – ou não – de forma particular com as oficinas; uma resposta clínica que, ao privilegiar a construção de desejo, possa relançar o sujeito em suas buscas cotidianas; uma resposta clínica com conseqüências políticas. Para alguns, a geração de renda poderá ter sim um caráter de inclusão social. Para outros, no entanto, o ganho poderá estar na participação no grupo, na descoberta de novas habilidades particulares oriundas da própria diferença, na necessidade de “negociação” com o outro, ou mesmo na possibilidade de dizer “não” a convites insistentes para que participe de tais oficinas.

[...] o desejo é por si mesmo revolucionário por ser produtor não apenas de fantasias, mas “de mundos”, e é por isso que a questão das oficinas se reveste de um caráter imediatamente político. As oficinas serão terapêuticas ou funcionarão como vetores de existencialização caso consigam estabelecer outras e melhores conexões que as habitualmente existentes entre produção desejante e produção de vida material. Caso consigam conectar-se como plano de imanência da vida, o mesmo plano com base no qual estão engendradas a arte, a política e o amor (Rauter 2000: 269).

É em meio a essas reflexões, ainda bastante incipientes, que o Núcleo de Geração de Renda do Centro de Atenção Psicossocial Lima Barreto vem tentando desenvolver projetos que surgiram na perspectiva de atender a um pedido feito por um grupo de usuários. Acreditamos que, embora se trate de uma “demanda” prioritariamente econômica, é o “pedido” como formulador de desejos que deve ser o orientador de nossa prática. A demanda crescente por oficinas de geração de renda de modo geral provém de uma necessidade de ordem econômica, mas quando cada um de nossos usuários se dirige a alguém específico e solicita a organização de um grupo de trabalho através do qual ele possa ganhar mais independência – seja de qualquer ordem – entra em cena o desejo. Corporificado na forma de pedido, esse desejo deve estar na raiz de nossos projetos para que, por esta via, as oficinas tenham sentido para além da demanda. Essa diferença sutil que tentamos estabelecer parece, a princípio, irrelevante, mas, a longo prazo, é por onde esperamos poder reformular o dia-a-dia de nossas oficinas sempre que vetores normatizadores que tangenciam a questão do trabalho estiverem nos paralisando como articuladores de um processo. Apostamos na realização de um “trabalho” que, em vez de agir como dominação dos “excessos de paixão”, sirva a cada um de nossos usuários de modo absolutamente singular, no qual a adaptação dê lugar à criatividade e à demanda transformada em desejo.

Nossa experiência com tais projetos ainda é bastante recente e, exatamente por esse motivo, parece interessante refletir sobre o modo como esse trabalho vem se organizando. Acreditamos que esse relato possa ser não apenas uma forma de registro, mas, principalmente, que possa se configurar como um meio de indagação acerca das conseqüências desse trabalho.

O Centro de Atenção Psicossocial Lima Barreto, ou ainda, CAPS Bangu, como é conhecido na região, é uma unidade de atenção diária da rede pública municipal que, em parceria com o Instituto Franco Basaglia, atende pacientes que sofrem de transtornos mentais graves. Localizado dentro de um PAM (Posto de Assistência Médica), em frente ao estádio de futebol do Bangu Atlético Clube (Estádio “Moça Bonita”), o CAPS Bangu prioriza a demanda da população residente nos bairros da área de planejamento 5.1: Deodoro, Vila Militar, Campo dos Afonsos, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Realengo, Padre Miguel, Bangu e Senador Câmara.

Inaugurado em janeiro de 2000, o CAPS Lima Barreto conta hoje com uma equipe interdisciplinar composta por uma administradora, dois assistentes sociais, uma educadora, dois enfermeiros e dois auxiliares de enfermagem, um musicoterapeuta, uma nutricionista, quatro psicólogos, três

psiquiatras, uma supervisora, três terapeutas ocupacionais (uma delas sendo a coordenadora do serviço), uma equipe de apoio (cozinha e limpeza) e, eventualmente, estagiários e residentes de diversas áreas. O serviço tem hoje cerca de 240 usuários matriculados, sendo que destes aproximadamente 50 freqüentam o serviço diariamente.

O complexo presidiário de Bangu, a escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel, a antiga fábrica de tecidos em vias de se tornar um *shopping*, o Estádio Moça Bonita e a constante “temperatura máxima” registrada na cidade do Rio de Janeiro são, cada um a seu modo, componentes do cenário no qual estamos inseridos. O CAPS funciona hoje, em caráter provisório, no que fora anteriormente uma pequena agência do Banco do Brasil. Existe um projeto para a construção de um espaço maior e mais adequado às nossas necessidades, mas ainda sem data prevista. Contamos hoje com um pequeno espaço de duas salas para oficinas diversas, outras duas salas menores, uma sendo utilizada como consultório e a outra funcionando como administração, dois banheiros, cozinha, uma dispensa e uma área externa que foi transformada em varanda, onde são feitas as refeições. Todos esses cômodos se organizam a partir de um pequeno hall central que acaba funcionando como uma “mistura” de sala de espera e de convivência. Ainda que seja possível uma certa organização dessas áreas, sabemos que, na prática, cada um desses ambientes é utilizado conforme a urgência do momento: se necessário, a cozinha vira sala de musicoterapia e a sombra da árvore abriga o consultório. Foi em torno deste espaço físico, ou melhor, dessa falta de espaço, que nosso projeto teve sua origem.

O CAPS já contava com um grupo de produção que confecciona objetos variados tais como panos de prato, toalhas de mão, flores de tecido e, principalmente, bijuterias. A experiência desse grupo já havia chamado nossa atenção para alguns problemas. Além da dificuldade em arrecadar verba para a compra de material, existe também a precariedade do espaço físico em nossa unidade: a dificuldade se faz presente não só em relação ao armazenamento, tanto de material quanto das peças prontas, mas fundamentalmente na impossibilidade de haver um local permanente de trabalho. A criatividade de técnicos e usuários faz com que essas dificuldades não cheguem a se tornar impeditivas, mas ainda assim não poderíamos escutar o pedido de que fossem criadas outras modalidades geradoras de renda, desprezando o fato de que disporíamos de pouquíssimo espaço para levar adiante qualquer que fosse o projeto.

A idéia de *fazer alguma coisa que pudesse ser vendida* parecia despertar o interesse de diversos usuários, embora houvesse o reconhecimento de que



as habilidades em questão não fossem necessariamente privilégio de todos. Paralelamente, tínhamos um estoque razoável de roupas e acessórios que nos eram – e ainda são – doados por familiares dos usuários, técnicos do serviço ou mesmo por profissionais do PAM. O objetivo dessas doações era que essas peças fossem vendidas em nossas festas e que a verba fosse revertida de algum modo para o serviço. E assim acontecia. No entanto, o grande intervalo de tempo entre uma venda e outra fazia com que roupas que freqüentemente chegavam a nós em ótimo estado acabassem ficando velhas ou mesmo se perdendo, uma vez que parecia impraticável guardá-las devidamente. A isso, somava-se ainda uma amostra significativa de usuários que relatava com orgulho ter trabalhado em “casa de família”, como disse uma usuária: “[...] antes, eu passava muito bem. Na verdade, só não faço porque não tenho chance, mas acho que ainda consigo”. Habilidades como pregar botões, fazer bainha ou mesmo pequenos reparos eram, vez ou outra, reveladas no grupo de terapia ocupacional ou em espaços informais, sem contar as inúmeras vezes em que nossos ouvidos eram arranhados por frases do tipo “eu não sei fazer, mas posso vender o que alguém faz”. Havia ainda a peculiaridade de sermos uma unidade funcionando dentro de uma outra unidade – o que aumentava consideravelmente o número de passantes nos arredores do CAPS. Aos poucos, a imagem de um brechó parecia ganhar contorno, sendo uma alternativa capaz de viabilizar o pedido feito por tantos usuários, aproveitando inclusive recursos que já tínhamos. A idéia foi então discutida e aprovada na Assembléia de Usuários – na qual são tomadas as decisões coletivas do serviço. No entanto, o problema do espaço parecia se apresentar como obstáculo para que o projeto pudesse de fato se concretizar. Não tínhamos, de início, nenhuma área capaz de comportar um brechó ou qualquer outra iniciativa permanente. Ora, já sabíamos que a idéia de um local de vendas montado apenas ocasionalmente não atenderia às expectativas dos usuários, assim como também não resolveria a questão de onde iríamos guardar as roupas e acessórios. Conforme já mencionamos, havíamos inclusive perdido roupas, que estragaram por falta de local apropriado.

A solução veio através de um dos técnicos da equipe que se prontificou a doar ao CAPS um armário a ser escolhido até determinado limite de preço. Tal proposta atendia consideravelmente a diversos de nossos problemas: o armário poderia funcionar como espaço de exposição das peças a serem vendidas além de solucionar o problema da falta de espaço, visto que seria possível colocá-lo no *hall* central por onde passam todos que chegam ao CAPS. O próximo passo seria então encontrar o armário adequado – o que foi feito com a ajuda de usuários, técnicos e os mais diversos colaboradores

que se solidarizaram com a causa. Nosso armário acabou finalmente sendo encontrado num antiquário da Lapa. E, superando as expectativas, o móvel tem, além das duas portas laterais do roupeiro, uma vitrine central que facilita a exposição de bijuterias e pequenos objetos. No dia da entrega, o armário atraiu a atenção de diversos passantes, que eram prontamente informados por uma usuária que um brechó seria inaugurado em breve dentro das instalações do CAPS. Segundo ela, a ocasião era “perfeita para dar início à divulgação”. Neste mesmo dia, diversos funcionários do PAM, que nunca haviam entrado no CAPS, vieram ver de perto o móvel que tanto destoava do mobiliário comumente entregue a uma instituição de saúde pública. Parecia que a curiosidade pela chegada inusitada do armário possibilitava a “divulgação” de algo mais que a inauguração de um brechó. Estes mesmos funcionários passaram a nos visitar com frequência a fim de obter informações sobre a inauguração – naquele momento, ainda sem data prevista.

A notícia se espalhava e sacolas com doações começavam a chegar diariamente. As doações vinham das mais diversas fontes, mas a grande maioria veio de familiares de usuários e funcionários do CAPS e do PAM. As peças em pior estado de conservação seriam repassadas aos usuários mais carentes e o resto dividido em duas categorias: “o que está pronto para a venda e o que precisa de manutenção”. Vale notar que a maior parte das peças que recebíamos estava em ótimo estado. A chegada das roupas acabava virando um momento muito divertido para os que se “aglomeravam” em torno das sacolas, e brincadeiras eram inevitáveis: “quem será que usava um vestido tão indecente?”, “esta roupa deve ter vindo de uma boa noitada direto pra cá!”, “sei não, mas isto aqui parece camisa de padre”. As roupas que outrora pertenceram a alguém suscitavam histórias, fantasias, espanto... O armário parecia pequeno para tantas narrativas e personagens. E foi assim, entre vestidos de noiva, minissaias, óculos escuros e muitos risos que surgiu – sem sabermos exatamente por sugestão de quem – o nome do brechó: Se Meu Armário Falasse...

Uma inquietação se evidenciou com relação a possíveis associações entre “um armário que fala” e “um brechó de malucos”. Alguns usuários se mostraram preocupados com esta hipótese enquanto outros acharam até engraçado. Houve ainda quem perguntasse com a maior simplicidade “mas não é?”. A questão não foi adiante visto que todos pareciam concordar que o importante era ter “coisas bonitas e a um bom preço”. Quanto ao nome, já não havia mais dúvida.

Nesse momento ainda não sabíamos quem estaria na composição desse grupo de trabalho. Os usuários iam se aproximando da movimentação em

torno das roupas e gradativamente um grupo ia se formando. Paralelamente, uma proposta que, a princípio, foi lançada quase como um chiste, acabou ganhando sustentação tanto por parte de usuários quanto de técnicos: um desfile marcaria a inauguração do brechó. Num primeiro momento, a constatação de que “ninguém aqui entende nada de desfile de moda” pareceu impeditiva. Tal obstáculo deixou de sê-lo após uma argumentação irrefutável de uma usuária: “Não tem problema. X (referindo-se a um dos técnicos) também não entende nada de vendas e mesmo assim está à frente da organização do brechó”. O lançamento da “coleção primavera, verão... outono e inverno do brechó Se Meu Armário Falasse...” foi então marcado para setembro na Festa da Primavera – que acontece tradicionalmente no CAPS desde o primeiro ano de funcionamento. Diversos usuários, que até esse momento ainda não haviam demonstrado qualquer interesse pelo brechó, começaram, em função do desfile, a frequentar os encontros – a essa altura já acontecendo de forma mais sistemática. Alguns vinham exclusivamente para o desfile, outros, por intermédio do desfile, acabavam se envolvendo com as atividades do brechó. Ainda estávamos em meados de junho e dispúnhamos de tempo suficiente para que não houvesse nenhuma necessidade de definir funções e de que modo cada um poderia participar. Qualquer forma de aproximação era acolhida sempre privilegiando o modo singular como cada um desejava participar. “Não quero desfilas e nem trabalhar no brechó, mas sou manicure e posso fazer as unhas de quem for desfilas”, nos disse uma de nossas usuárias que costuma vir ao CAPS para consulta individual com a psicóloga. E assim aconteceu.

Os ensaios para o desfile, que inicialmente aconteciam uma vez por semana, foram se tornando mais frequentes, chegando a acontecer diariamente na última semana. As músicas foram escolhidas pelos próprios participantes (usuários e técnicos), o que acabou resultando numa trilha sonora bastante eclética. Havia uma grande mobilização no sentido de viabilizar a participação de todos os interessados. Excesso de peso, por exemplo, não deveria ser impeditivo para ninguém e, por isso, o grupo não mediu esforços na criação de “figurinos” que atendessem às exigências de silhuetas tão variadas. Não somente as idiosincrasias físicas eram levadas em consideração, mas outros aspectos determinavam a elaboração do vestuário. Uma de nossas usuárias passa todo o tempo segurando uma pequena bolsa de mão da qual raramente se separa. Ao recebermos uma caixa com doações de bolsas e sapatos, essa usuária foi imediatamente chamada pelo grupo a fim de decidir com qual das bolsas gostaria de desfilas. Nosso desfile contaria também com um vestido de noiva e para desfilá-lo, ninguém mais indicado do

que uma usuária que estava com casamento marcado para o fim do ano. Percebemos que o tempo de escolher e de experimentar roupas acabava propiciando uma aproximação entre as pessoas e, pouco a pouco, gostos e preferências iam se tornando conhecidos. “Este vestido cabe direitinho em Y, mas nem adianta porque ela não gosta de vermelho”. Cada nova leva de doações que chegava era recebida por um grupo que se trancava numa das salas para experimentar as roupas. “Esta sala é para as mulheres, e homens naquela”, determinava alguém. Os mais tímidos se vestiam no banheiro. Uma vez vestidos, todos encontravam-se em frente ao armário, onde há, numa das portas, o único “espelho de corpo inteiro”. Certa vez, uma usuária comentou bastante espantada que, antes, ela “só via gente tirando a roupa assim, na frente dos outros, quando a pessoa entrava em crise”. Atentos para o fato de que tanto “desnudamento” acabava por trazer à tona uma série de questões ligadas a sexualidade, imagem corporal, crenças religiosas e tabus, procurávamos estar sempre por perto nesses momentos e, principalmente, escutar e trabalhar o que era trazido de modo a não perder de vista que aquele espaço e tudo que ali estava se passando, ainda que fora de nossas rotinas, tinha como eixo central a clínica.

Nas semanas que antecederam o desfile, tínhamos 59 figurinos a serem usados por 42 modelos, entre usuários, técnicos, familiares de usuários e familiares de técnicos, inclusive crianças que se entusiasmaram com a idéia. Aos poucos os participantes começavam a se definir em relação ao modo de inserção e três grupos ganharam contorno mais definido: um grupo interessado especificamente no desfile (fosse desfilando ou ajudando na organização), um grupo interessado no desfile e também no trabalho que se seguiria à inauguração do brechó e, ainda, um grupo interessado prioritariamente em trabalhar no brechó. Curiosamente, após o desfile, constatamos que o último grupo havia se diluído: usuários que inicialmente manifestaram interesse exclusivo no trabalho do brechó acabaram, ao longo do período que antecedeu a festa, decidindo desfilarem. Constatamos também, embora com menos surpresa, que alguns usuários que atualmente trabalham no brechó aproximaram-se demonstrando interesse apenas no desfile.

A rotina de ensaios superou nossas expectativas quanto ao compromisso e à dedicação dos participantes. Com a proximidade da festa, era freqüente no serviço a presença não somente de usuários, mas de técnicos fora dos dias previstos habitualmente – sempre justificada pela necessidade de ensaiar. Percebíamos que alguns usuários que comumente têm maior dificuldade em estabelecer vinculações sociais externas ao CAPS faziam um certo uso dos ensaios para permanecer mais tempo no serviço. Como se tratava de um

episódio temporário e aberto a todos, não cabia lidar com o fato de forma a evitar esse tipo de situação. Nos restava a chance de aproveitar o momento para que tais dificuldades pudessem ser evidenciadas e trabalhadas dentro do possível.

Observamos também que, quanto mais perto estávamos da data da inauguração, mais as preocupações com o desfile eram hipervalorizadas, em detrimento de preocupações ligadas às atividades de trabalho no brechó propriamente ditas, tais como a colocação de preços nas peças e o cuidado com as roupas que necessitavam de reparos. De imediato nossa impressão desse fato nos causou receio de que estivesse havendo uma certa inversão de prioridades, uma vez que o desfile deveria ser somente o ponto de partida, uma parte do que realmente era o projeto maior. A grande maioria dos usuários se pronunciava bem claramente em relação à total impossibilidade de privilegiar, àquela altura, os aspectos que estariam ligados ao dia-a-dia do trabalho: “Olha... não consigo pensar em preço de roupa sabendo que em duas semanas vou desfilhar para um montão de gente. No dia seguinte do desfile, eu venho cedo e coloco preço em tudinho, mas agora não dá!”. Percebemos não se tratar de um problema, muito pelo contrário. A fala dessa usuária nos fez pensar que o que realmente poderia nos afastar de nossos objetivos seria cairmos na armadilha de tentar burocratizar algo que deveria acontecer a partir da singularidade dos participantes. É uma das coisas que mais se faz presente no cotidiano do paciente que sofre de transtornos psíquicos é justamente a dificuldade em vivenciar situações que colocam em xeque excitação, medo, ansiedade e qualquer variação afetiva que possa se tornar fonte de angústia. Nossa preocupação com o fato de que o brechó deveria ser aberto imediatamente após o dia do desfile decorria de normas de funcionamento pré-concebidas e externas a nós, que não se adequavam ao ritmo dos usuários. Tal exigência colocaria nossa prática no mesmo registro dos mecanismos de “dominação dos excessos de paixão” anteriormente citados. Pois bem, o desfile ganhou sim num primeiro momento proporções muito além do que havíamos até então imaginado e, exatamente para que os diversos afetos suscitados pudessem ser experienciados de modo a criar vinculação afetiva com o trabalho que estava se iniciando, resolvemos, após longas discussões, que o brechó só estaria aberto para vendas cerca de três dias após o desfile. Metade do material ainda não tinha preço e esse intervalo de tempo pareceu suficiente para que tal tarefa pudesse ser realizada. Gostaríamos de ressaltar aqui que essa tarefa é sempre realizada em grupo. Desde o início percebemos se tratar de um momento no qual questões diversas, ligadas à história de vida de cada um, apareciam, dando-nos a chance de problematizá-las. Por exemplo,

percebemos através da queixa de um usuário que Z (outra usuária) colocava preços muito altos nas peças que haviam sido doadas por técnicos e preços demasiadamente baixos nas peças provenientes de usuários, em especial, nas que ela própria havia trazido, independente do estado de conservação. Não é nossa intenção detalhar os desdobramentos desse fato aqui, mas é interessante perceber que, através desta atividade, Z pôde repensar com o grupo o quanto ela tende a desvalorizar o que vem dela.

Uma vez adiado o início das vendas, as inquietações passaram a se evidenciar de modo mais explícito. A mãe de uma usuária veio nos procurar na semana que antecedia a festa preocupada porque “[...] de tão contente com o desfile A não dorme direito há três noites”. Consultou-nos sobre a necessidade de falar com o psiquiatra a fim de que ele receitasse algo para que a moça voltasse a dormir. Seu receio maior era de que “tanta alegria poderia enlouquecer a menina”. Algumas conversas com a senhora foram necessárias até que ela pudesse perceber que o que sua filha estava vivendo nada tinha a ver com “doença mental”, mas sim com a excitação de experimentar algo completamente novo. Não desconhecíamos o risco de que, para alguns, aquela era uma experiência de certa maneira arriscada, mas jamais pensamos em direcionamentos apaziguadores. Ao contrário, acreditávamos ser aquele um momento em que talvez fosse possível para muitos renegociar o modo como costumavam lidar com suas intensidades, seus “excessos de paixão”.

Chegado o dia do desfile, uma equipe de cabeleireiros do SENAC veio fazer a produção dos “modelos” e técnicos – que não participariam do desfile propriamente dito, mas cuidaram da organização (som, arrumação do local, comidas, troca de roupas). Uma pequena passarela foi montada na entrada do CAPS e as duas salas maiores transformadas em “camarins” feminino e masculino. Um toldo cedido pelo pai de uma usuária impediu que a chuva atrapalhasse a festa. Podemos dizer que tudo transcorreu em meio a muita alegria e que a excitação estampada nos rostos não causou novos surtos. No dia previsto para o início do funcionamento, nem todas as roupas tinham preço, mas o brechó abriu conforme o combinado.

Por intermédio do pai de uma usuária, recebemos a doação de um manequim que, por sugestão dos usuários, foi batizado de Roberta – que já chegou ao CAPS muito bem vestida em função das convicções religiosas do senhor, que se recusou a carregar a “moça pelada pelas ruas de Bangu”. A origem do nome é controversa e existem várias versões. O fato é que, em torno de Roberta, criou-se uma movimentação que parece preservar um pouco a atmosfera do desfile. As roupas são escolhidas cuidadosamente e

inúmeros comentários são tecidos com humor a respeito da recente mascote: “tudo cai bem nela porque Roberta é bem durinha!”, “troca você a roupa dela porque eu fico meio sem jeito de fazer essas coisas”. Arriscaríamos dizer que a figura de Roberta atualiza, no dia-a-dia do trabalho, uma possibilidade experimentada nos meses que antecederam o desfile: a aliança entre trabalho e prazer, que, conforme assinala Cristina Rauter, no texto anteriormente citado, são “conexões que a vida moderna tornou estanques”.

Passados dois meses desde a inauguração, acreditamos ser precipitado de nossa parte fazermos uma avaliação de fato consistente do trabalho que vem acontecendo desde então. Sentimo-nos ainda “falando de dentro do incêndio” e o que temos até então são impasses e questões que apenas começam a adquirir nitidez em meio à fumaça remanescente.

Hoje, o brechó Se Meu Armário Falasse funciona quatro manhãs por semana, ficando uma quinta manhã reservada para a reunião que é obrigatória a todos que participam do trabalho. Nessa reunião, coordenada por dois técnicos, são discutidos todos os problemas que surgem no dia-a-dia: desde a necessidade de um ferro de passar mais potente, passando por pequenos e grandes desentendimentos internos, até os medos experienciados por cada um diante das situações que se apresentam. Os participantes do brechó são incentivados também a participar de um outro grupo, que se iniciou há pouco tempo, chamado “Conversando sobre trabalho”, no qual o tema é abordado de forma mais ampla, conforme o interesse dos participantes.

No brechó trabalham atualmente quinze usuários distribuídos entre vendas e equipe de manutenção. Com o objetivo de ampliar as possibilidades de participação, o grupo conta também com “estagiários”, que após um período indeterminado de “treinamento” passam a integrar a equipe fixa, caso tenham interesse. Parte da renda arrecadada com as vendas (15%) é doada ao CAPS para eventuais necessidades, parte fica como fundo de reserva para o próprio brechó (5%) e o restante é dividido entre todos, conforme carga horária de trabalho. A partir do segundo mês foi decidido que os estagiários também terão alguma forma de remuneração ainda em discussão no grupo. Ao longo desses meses, os usuários começaram a montar o brechó na área externa do CAPS, o que tem proporcionado um número maior de visitantes.

A organização do trabalho no brechó, nos moldes como se apresenta hoje, não tem qualquer pretensão de instaurar um modo de funcionamento de caráter mais definitivo. Todos os elementos acima citados estão constantemente sendo repensados, uma vez que, conforme já assinalamos, trata-se de uma experiência muito recente tanto para usuários quanto para os técnicos

envolvidos. A própria idéia de que a presença de núcleos, girando em torno de trabalho assistido e geração de renda, pode ser benéfica a serviços como o nosso é hoje alvo de grande parte das preocupações de nossa equipe.

Levando em consideração também o fato de que os CAPS se organizam em função de características peculiares às regiões onde se encontram, das equipes que neles trabalham, da clientela que assistem, sabemos que toda e qualquer reflexão extraída dessa experiência diz respeito a uma situação bastante específica. Podemos dizer que, sem dúvida, essa experiência nos lança em um emaranhado de questões de fundamental importância acerca do tema como um todo. Mas temos claro, ou pelo menos procuramos ter, que nossas questões servem apenas como ponto de partida. Para problematizarmos os diversos aspectos que tangenciam o tema, é necessário nos debruçarmos sobre um campo bem mais amplo do que o familiar.

Não saberíamos dizer se nossa experiência com núcleos de geração de renda está sendo bem sucedida ou não. Na realidade, não saberíamos dizer nem mesmo o que vem a ser, nesse caso, uma “experiência bem sucedida” ou quais os critérios que a determinam. Esta dificuldade não se justifica unicamente pelo curto tempo de vida e pela “imaturidade” de nossos projetos, nem mesmo pela dificuldade em avaliar objetivamente aspectos tão subjetivos. Fundamentalmente, os impasses por nós vividos a cada dia, desde que tudo começou, remetem a indagações que estão além do que podemos pensar até então. Indagações que nos fazem refletir, sobretudo, como cada um de nós se relaciona com seu próprio trabalho:

“Por que o trabalho das oficinas se reveste de tantos questionamentos? Por que é necessário constantemente problematizá-lo? Porque as questões por ele colocadas não dizem respeito apenas à terapêutica da doença mental, mas a questões políticas cruciais para toda a sociedade, a questões que se referem ao desejo como produtor de real, de mundos concretos. A tarefa necessária para a sobrevivência de nosso mundo humano passa justamente pelo estabelecimento de outras e melhores relações entre produção desejante e produção social, no sentido da expansão da vida. Essa questão, obviamente, não diz respeito apenas aos usuários de psiquiatria” (Rauter 2000: 275).



## Referências bibliográficas

- BIRMAN, Joel. “A cidadania tresloucada”. Em: BEZERRA, B. e AMARANTE, Paulo (orgs.). *Psiquiatria sem hospício: contribuições ao estudo da Reforma Psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.
- LOPES, Marcia Cavalcanti. “Repensando o encontro entre trabalho e terapia”. Dissertação de Mestrado, Instituto de Medicina Social – IMS/UERJ, 1997.
- RAUTER, Cristina. “Oficinas pra quê? Uma proposta ético-política para oficinas terapêuticas”. Em: AMARANTE, Paulo (org.). *Ensaio, saúde mental e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.